

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2025



Propósito e Visão

Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Visão

Proporcionar a melhor experiência financeira aos nossos cooperados.

Mensagem da Presidente

Com satisfação, apresentamos os resultados alcançados pela Cooperativa no período, o qual foi marcado por um ambiente desafiador, especialmente em função das mudanças regulatórias, com destaque para a implementação do e-Consigado do Trabalhador e da Resolução nº 4.966.

Nesse contexto, a Cooperativa atuou de forma diligente na adaptação de seus processos, controles e estratégias, buscando assegurar conformidade, sustentabilidade operacional e a continuidade na geração de valor aos seus associados.

Registramos nosso reconhecimento aos dirigentes, líderes e equipes das empresas Mondeléz Brasil e Philip Morris Brasil, cujo apoio institucional foi fundamental para a condução das atividades ao longo do período.

Destacamos, ainda, o papel essencial dos associados, que, com seu comprometimento e confiança, sustentam a solidez da Cooperativa. Da mesma forma, ressaltamos a atuação do Conselho Fiscal e da Diretoria, cuja orientação estratégica e governança contribuíram de maneira decisiva para o enfrentamento dos desafios.

Ressaltamos, de forma especial, o empenho e a dedicação dos colaboradores da Cooperativa, que, com profissionalismo, resiliência e espírito de equipe, foram fundamentais para a adaptação às novas exigências regulatórias e para a superação dos desafios do período.

Mesmo diante de um cenário complexo, caracterizado por ajustes regulatórios e operacionais relevantes, a Cooperativa manteve seu foco na eficiência, na gestão de riscos e na busca por soluções sustentáveis, o que permitiu a superação dos desafios e a obtenção de resultados consistentes.

Para o próximo período, a Cooperativa seguirá comprometida com o fortalecimento de sua estrutura operacional e de governança, a evolução de seus processos e a ampliação de soluções que atendam às necessidades dos associados.

Permanecemos atentos às transformações do ambiente regulatório e de mercado, atuando de forma estratégica para garantir crescimento sustentável, solidez financeira e geração contínua de valor.

Reiteramos nosso agradecimento a todos que contribuíram para esses resultados e reafirmamos nosso compromisso com a continuidade do crescimento responsável, pautado na solidez, na transparência e na geração de valor para nossos associados.

Jussara Kupper da Silva Machado
Diretora Presidente

Diretoria Executiva:

Jussara Kupper da Silva Machado - Diretora Presidente

Marcos de Oliveira - Diretor Administrativo

Luis Everardo Simões Monteiro - Diretor Operacional

Valéria Farinha Barros Arnaut - Diretora

José Mario Lessa - Diretor

Conselho Fiscal:

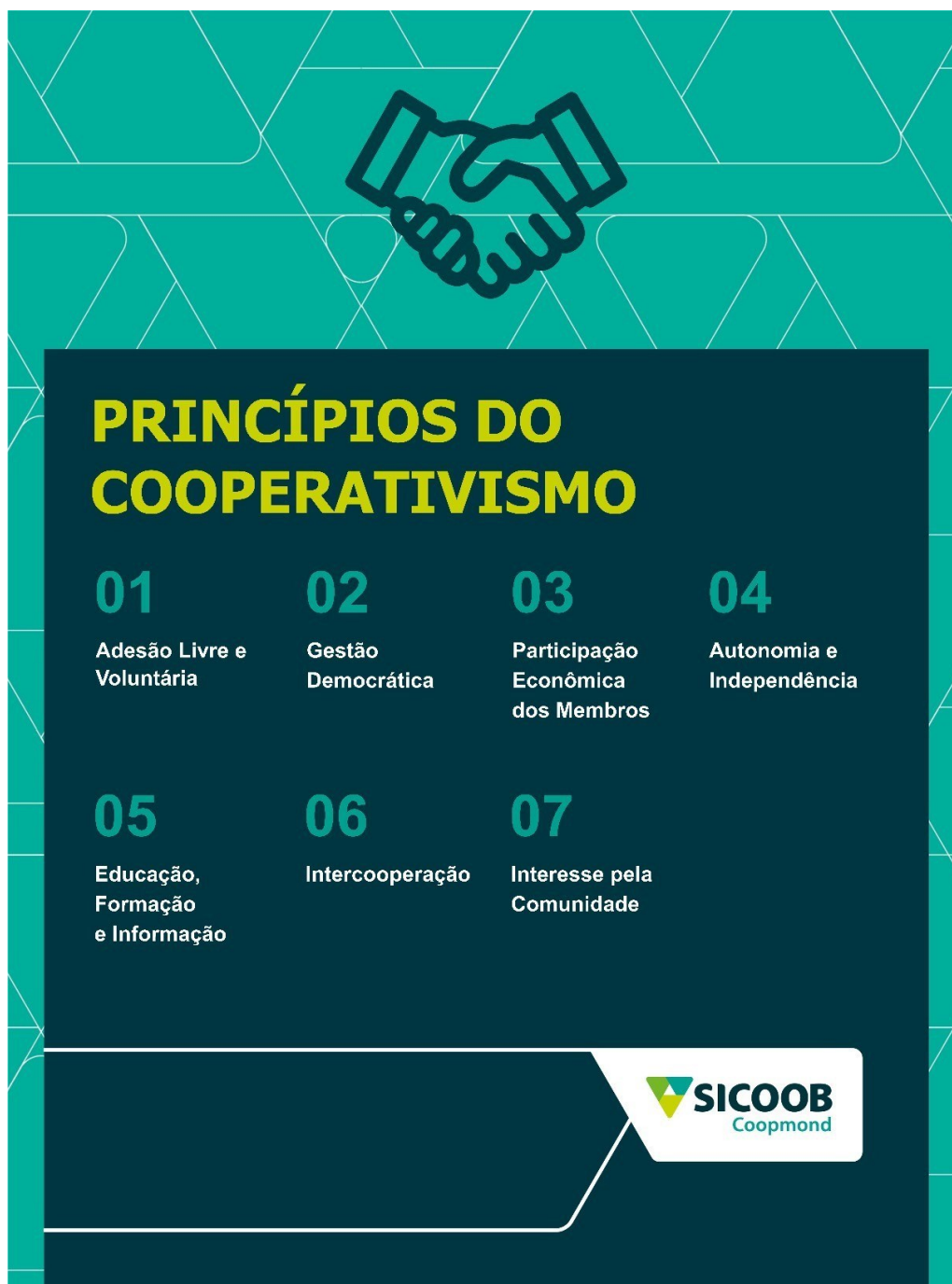
Márcio Roberto D. Nunes Figueredo – Coordenador

Roberta Florisbal Tatsch - Membro efetivo

Gregório Portela da Fonseca Neto – Membro suplente


Princípios Cooperativistas

Os princípios cooperativistas definidos pela ACI (Aliança Cooperativa Internacional) são as linhas orientadoras pelas quais as cooperativas levam os seus valores à prática:



PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

- 01**
Adesão Livre e Voluntária
- 02**
Gestão Democrática
- 03**
Participação Econômica dos Membros
- 04**
Autonomia e Independência
- 05**
Educação, Formação e Informação
- 06**
Intercooperação
- 07**
Interesse pela Comunidade



Algumas ações da Cooperativa, em 2025

Ação de saúde financeira

O planejamento financeiro é fundamental para a tomada de decisões acertadas sobre finanças e consumo e para manter o foco diante de situações adversas.

Em 2025, a Cooperativa realizou diversas campanhas amplas com Palestras de Educação Financeira e Clínicas financeiras nas Plantas das empresas Mondelez Brasil e Philip Morris Brasil.

Planta de Santa Cruz do Sul: realizado por nosso colaborador Ricardo Luedke.

- Palestra de Educação Financeira realizada em 25/03/2025, nos 3 turnos, contemplando 85 participantes.
- Palestra de Educação Financeira realizada em 26/03/2025, no 2º turno na, contemplando 114 participantes.
- Ação de Educação Financeira realizada em 18/03/2025. Nesta Ação foi disponibilizado um vídeo sobre o tema, contemplando 35 participantes.
- Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT, na unidade, ocorrida no período de 15 a 19/09/2025, contemplando 159 participantes.

Planta de Vitoria de Santo Antônio - realizada por nosso colaborador José Marcelo dos Santos

- Ação realizada em 04/08/2025, Palestra com tema de Educação Ambiental: Promover a conscientização e a compreensão dos problemas socioambientais, Capacitar indivíduos e coletividades para agir em prol da conservação e sustentabilidade, Incentivar mudanças de atitudes e a adoção de hábitos mais responsáveis, contemplando 204 participantes.
- Ação realizada na semana da SIPATMA 22 a 26/09/2025 onde nossa cooperativa participou com apresentação de um vídeo com tema de educação financeira., contemplando 169 participantes

Planta de Curitiba, realizada pelos colaboradores André Martins e Eloá Ferreira

- Ação realizada, em 22 a 26/09/2025 ação realizada na semana da SIPATIMA onde nossa cooperativa participou com apresentação de um vídeo com tema de educação financeira, contemplando em 291 participantes.
- Funcionários e Dirigentes, Palestra online de Educação Financeira, contemplando participantes
- Nos dias 8 e 10 de outubro, participamos da 8ª edição dos Jogos da Primavera, uma iniciativa do CEDO que promove integração, diversão e aprendizado entre os alunos, por meio de desafios e competições em equipe. No dia 8, contamos com a energia contagiante de 18 Voluntários Transformadores e duas Pessoas de Apoio Estratégico, que entraram em campo representando as equipes e reforçando a importância da cooperação e dos valores cooperativistas. Encerramos a semana com muita alegria, premiando as equipes ganhadoras e celebrando o espírito de união que

marcou todo o evento. Este ano, tivemos a alegria de contar com a intercooperação do Sicoob Coopmond e do Sicoob Cecresp Seguros, que nos ajudaram a tornar o momento ainda mais especial — com um passeio ao Hopi Hari (que ainda vai acontecer!) e Kits do Dia das Crianças para todos os participantes. A ação é dividida em dois dias, porém é feita com o mesmo público: 300 jovens (150 de manhã e 150 a tarde), dessa forma, o público total dos dois dias ainda é 300 pessoas impactadas. Participamos com intercooperação da Sicoob Metalcred, na abertura dos jogos no dia 08/10, foi realizado uma apresentação para as crianças falando sobre o cooperativismo, reforçando o trabalhado que já é realizado a mais de um ano no projeto CEDO. Os voluntários são todos da SicoobMetalcred, nossa Cooperativa Sicoob Coopmond participou apenas a Camila Vicentini Camilo que é PAE nessa Intercooperação.

- Evento realizado na Mondelez Brasil em São Paulo - SP - Snack Sampa, dia da Família, em 16/10/2025 com foco nas crianças a cooperativa contratou um Teatro Infantil - O magico mundo da economia e após a apresentação realizamos a entrega dos livros coleção financinhas, contemplando 300 participantes.
- Ação realizada em São Paulo - SP, na unidade da Philip Morris Brasil - CDT Tamboré, em 03/12/2025 ação realiza na semana da SIPAT onde nossa cooperativa participou com uma Palestra de educação financeira, com duração de 1 hora no programa conhecimento em foco - Educação Financeira, contemplando 46 participantes.

Salientamos ainda que todos novos associados foram orientados sobre a educação financeira quando na sua adesão à cooperativa .

Com isso, a Cooperativa levou informação e mostrou que a saúde financeira também auxilia na prevenção de acidentes uma vez que promove uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, melhor saúde física e mental, as quais auxiliam na redução da probabilidade de acidentes no trabalho.

CooperKit Bebê:

- Continuidade do benefício.

Seguros:

- Continuidade do benefício.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.s.as Demonstrações Contábeis do exercício de **2025** da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 03/02/2025, a Cooperativa completou 55 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de integralização de Capital.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2025, conforme as demonstrações contábeis, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil - Sicoob Coopmond, após pagar 60% da taxa Selic, como juros sobre o capital dos associados, obteve um resultado líquido de R\$ 2.291.742,54 (dois milhões, duzentos e noventa e um mil e setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos)

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 466.610,66 (quatrocentos sessenta e seis mil, seiscentos e dez reais e sessenta e seis centavos) Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 15.920.065,60. (quinze milhões, novecentos e vinte mil, sessenta e cinco reais e sessenta centavos).

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 15.920.065,60	100%
--------------------	-------------------	------

Os Dez Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2025 o percentual de 6,99% da carteira, no montante de R\$ 1.112.181,09 (um milhão, cento e doze mil, cento e oitenta e um reais e nove centavos).

4. Captação

As captações, no total de R\$ 4.643.297,78 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e três mil, duzentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos) uma redução em relação ao mesmo período do exercício anterior de aproximadamente 3.62%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Integralização de Capital

Os dez maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2025 o percentual de 7,64% da captação, no montante de R\$ 3.470.802,08 (três milhões, quatrocentos e setenta mil, oitocentos e dois reais e oito centavos).

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond era de R\$ 36.543.652,58 (trinta e seis milhões, quinhentos e quarenta e três mil, seiscentos cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos). O quadro de associados era composto por 3.204 (três mil, duzentos e quatro)) havendo uma redução de aproximadamente 4,84% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil - Sicoob Coopmond, adota a política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, que entrou em vigor a partir de janeiro/2025. Essa resolução altera a forma como as instituições financeiras classificam, mensuram e reconhecem perdas esperadas em seus ativos financeiros, incluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem à Diretoria Executiva as decisões estratégicas e ao Diretor Operacional e o Diretor Administrativo, cada um em sua área, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda o Acir compartilhado - CECRESP, supervisionado diretamente pelo Diretor de Riscos; e a empresa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa fez as auditorias da Cooperativa no exercício de 2024.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento do Acir compartilhado – CECRESP e da Diretoria Executiva. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central CECRESP.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento da Diretoria, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada 03 (três) anos na AGO – Assembleia Geral Ordinária, com mandato até a **AGO de 2027**, o Conselho Fiscal tem função complementar à da Diretoria Executiva. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil -Sicoob Coopmond aderiram, em 01/08/2016, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil e Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2025, a Ouvidoria da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil e Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, teve o registro de sete manifestações no Sistema de Ouvidoria Sicoob, sendo: a) uma reclamação, com o tema “Atendimento”, considerada improcedente; b) cinco reclamações, consideradas procedentes solucionadas, das quais: uma com o tema “Seguradora”, duas com o tema “Atendimento”, uma com o tema “Quotas-Parte”, e uma com o tema “Operações de Crédito”; c) e uma consulta, com o tema “Operações de Crédito”, considerada procedente solucionada. Todas as demandas foram respondidas dentro do prazo legal.

11. Gerenciamento de Risco e de Capital

11.1 Risco operacional

a) O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/06.

b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional e Contábeis, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio

c) O processo de gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

d) O uso da lista de verificação de conformidade (LVC) tem por objetividade identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no sistema de Controles Internos de Riscos Operacionais (SCIR).

e) As informações cadastradas no sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR) são mantidas em banco de dados fornecidos pelo Sicoob Confederação.

f) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, sob a supervisão do Sicoob Central CECRESP e Sicoob Confederação.

g) Para situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de controles Internos e Riscos (ACIR).

h) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

11.2 Risco de mercado

a) O gerenciamento do risco de mercado da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/07.

b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

11.3 Risco de crédito

a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

11.4 Gerenciamento de capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil – Sicoob Coopmond, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.

b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil - Sicoob Coopmond, aderiu à Confederação Nacional das Cooperativas (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob Confederação e Sicoob Central CECRESP, com objetivo de:

I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob Confederação, estão sujeitas;

II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades Cooperativas do Sicoob Confederação;

III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob Confederação.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pelo apoio e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo, 15 de abril de 2025.

Jussara Kupper da Silva Machado
Diretora-Presidente

Marcos de Oliveira
Diretor Administrativo

Demonstrações Contábeis do exercício de 2025

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MONDELEZ BRASIL, PHILIP MORRIS BRASIL E K&S ALIMENTOS
 SICOOB COOPMOND
 CNPJ: 62.795.257/0001-34
 BALANÇO PATRIMONIAL
 Em Reais

	Notas	31/12/2025
ATIVO		57.917.313,36
DISPONIBILIDADES	5	84.433,62
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		15.850.632,99
Relações Interfinanceiras	6.5	466.610,66
Operações de Crédito	7	15.920.065,60
Outros Créditos	7	3.921,50
Outros Ativos Financeiros	9	5.400,44
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	8	(545.365,21)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		13.985.668,99
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	13.985.668,99
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		25.877.471,29
Títulos e Valores Mobiliários	6.2	25.877.471,29
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	10	80.831,02
OUTROS ATIVOS	11	2.009.695,03
IMOBILIZADO DE USO	12	116.633,61
INTANGÍVEL E ÁGIO	13	7.754,31
(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES		(95.807,50)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	12	(88.053,19)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	13	(7.754,31)
TOTAL DO ATIVO		57.917.313,36
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		57.917.313,36
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		6.019.263,43
OUTROS PASSIVOS		5.899.421,35
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	14.1	21.378,13
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	14.2	246.536,60
Outras Obrigações	14.4	5.631.506,62
PROVISÕES		119.842,08
Provisão para Pagamento a Efetuar	15.1	119.842,08
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	51.898.049,93
Capital Social		45.421.514,01
Reservas de Sobras		5.334.924,28
Sobras ou Perdas Acumuladas		1.141.611,64
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		57.917.313,36

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jussara Kupper da Silva Machado
 Diretora Presidente

Marcos de Oliveira
 Diretor Administrativo

Elaine Cristina Neto
 Contadora - CRC/MG 082.177/0.014

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MONDELEZ BRASIL, PHILIP MORRIS BRASIL E K&S ALIMENTOS

SICOOB COOPMOND

CNPJ: 62.795.257/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.954.268,29	5.915.730,01
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		(2.092.359,92)	(2.092.359,92)
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo		(11.946,53)	(85.964,99)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.3	120.664,60	249.209,84
Depreciações e Amortizações	20	2.107,74	4.328,68
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		1.972.734,18	3.990.943,62
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Titulos e Valores Mobiliários		(5.572.788,18)	(4.878.571,43)
Operações de Crédito		1.859.030,37	3.256.677,22
Outros Ativos Financeiros		0,01	33.270,73
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(7.172,31)	(7.783,32)
Outros Ativos		(155.355,27)	(1.665.701,34)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Outros Passivos Financeiros		181,79	23.081,24
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		209.080,76	(13.971,18)
Outros Passivos		(3.344.373,70)	(1.924.074,04)
FATES - Atos Cooperativos		(330.367,85)	(330.367,85)
Reversão/Realização de Fundos		40.385,48	40.385,48
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(5.328.644,72)	(1.476.110,87)
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo		11.946,53	85.964,99
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		2.092.359,92	2.092.359,92
Aquisição de Imobilizado de Uso		(9.724,00)	(13.424,00)
Aquisição de Investimentos		(2.498.401,88)	(2.518.400,96)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(403.819,43)	(353.500,05)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		2.285.725,92	4.643.774,78
Devolução de Capital aos Cooperados		(2.251.223,83)	(6.055.545,19)
Estorno de Capital		(190,22)	(192,22)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(84.146,53)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.140.748,34	3.140.748,34
Outros Eventos/Reservas		12.037,04	15.654,33
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		3.187.097,25	1.660.293,51
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.545.366,90)	(169.317,41)
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		3.096.411,18	720.361,69
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	5	551.044,28	551.044,28
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.545.366,90)	(169.317,41)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jussara Kupper da Silva Machado
Diretora Presidente

Marcos de Oliveira
Diretor Administrativo

Elaine Cristina Neto
Contadora - CRC/MG 082.177/0.014

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MONDELEZ BRASIL, PHILIP MORRIS BRASIL E K&S ALIMENTOS

SICOOB COOPMOND

CNPJ: 62.795.257/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 30/06/2025		42.246.466,80	(13,00)	4.477.907,09	74.121,84	1.850.828,00	48.649.310,73
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21		-	-	-	-	(89.290,22)	(89.290,22)
Outros Eventos/Reservas		-	-	12.037,04	-	-	12.037,04
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		2.285.745,92	(20,00)	-	-	-	2.285.725,92
Por Devolução (-)		(2.251.223,83)	-	-	-	-	(2.251.223,83)
Estorno de Capital		(190,22)	-	-	-	-	(190,22)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	40.385,48	40.385,48
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	3.957.766,91	3.957.766,91
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(3.516.852,37)	(3.516.852,37)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.140.748,34	-	-	-	-	3.140.748,34
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	770.858,31	-	(770.858,31)	-
FATES - Altos Cooperativos		-	-	-	-	(330.367,85)	(330.367,85)
Saldos em 31/12/2025		45.421.547,01	(33,00)	5.260.802,44	74.121,84	1.141.611,64	51.898.049,93
Saldos em 31/12/2024		43.173.035,09	(513,00)	4.071.387,98	74.121,84	1.007.254,56	48.325.286,47
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21		-	-	-	-	(89.290,22)	(89.290,22)
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas		-	-	402.901,82	-	(402.901,82)	-
Distribuição de sobras para associados		520.206,21	-	-	-	(604.352,74)	(84.146,53)
Outros Eventos/Reservas		-	-	15.654,33	-	-	15.654,33
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		4.643.294,78	480,00	-	-	-	4.643.774,78
Por Devolução (-)		(6.055.545,19)	-	-	-	-	(6.055.545,19)
Estorno de Capital		(192,22)	-	-	-	-	(192,22)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	40.385,48	40.385,48
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	5.808.594,91	5.808.594,91
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(3.516.852,37)	(3.516.852,37)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.140.748,34	-	-	-	-	3.140.748,34
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	770.858,31	-	(770.858,31)	-
FATES - Altos Cooperativos		-	-	-	-	(330.367,85)	(330.367,85)
Saldos em 31/12/2025		45.421.547,01	(33,00)	5.260.802,44	74.121,84	1.141.611,64	51.898.049,93

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jussara Kupper da Silva Machado
Diretora Presidente

Marcos de Oliveira
Diretor Administrativo

Elaine Cristina Neto
Contadora - CRC/MG 082.177/0.014

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MONDELEZ BRASIL, PHILIP MORRIS BRASIL E K&S ALIMENTOS

SICOOB COOPMOND

CNPJ: 62.795.257/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		3.957.766,91	5.808.594,91
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		3.957.766,91	5.808.594,91

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jussara Kupper da Silva Machado
Diretora Presidente

Marcos de Oliveira
Diretor Administrativo

Elaine Cristina Neto
Contadora - CRC/MG 082.177/0.014

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MONDELEZ BRASIL, PHILIP MORRIS BRASIL E K&S ALIMENTOS

SICOOB COOPMOND

CNPJ: 62.795.257/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.412.469,18	6.944.345,21
Resultado de Operações de Crédito	7.3	2.002.071,75	4.486.323,15
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.6	1.410.397,43	2.458.022,06
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.412.469,18	6.944.345,21
PROVISÕES P/ PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	8.3	(120.664,60)	(249.209,84)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.291.804,58	6.695.135,37
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		656.442,01	(785.427,06)
Receitas de Prestação de Serviços	18	17.289,97	35.099,90
Despesas de Pessoal	19	(1.077.297,62)	(2.031.580,06)
Outras Despesas Administrativas	20	(415.310,79)	(966.160,71)
Despesas Tributárias	21	(7.302,54)	(17.591,42)
Outras Despesas Operacionais	22	(42.037,21)	(64.753,58)
Outras Receitas Operacionais	23	2.181.100,20	2.259.558,81
RESULTADO OPERACIONAL		3.948.246,59	5.909.708,31
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	24	6.021,70	6.021,70
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.954.268,29	5.915.730,01
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.498,62	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		1.776,06	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		1.722,56	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		-	(107.135,10)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		3.957.766,91	5.808.594,91

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jussara Kupper da Silva Machado
Diretora Presidente

Marcos de Oliveira
Diretor Administrativo

Elaine Cristina Neto
Contadora - CRC/MG 082.177/0.014

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA
MONDELEZ BRASIL, PHILIP MORRIS BRASIL – SICOOB COOPMOND**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MONDELEZ BRASIL, PHILIP MORRIS BRASIL – SICOOB COOPMOND**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **03/02/1970**, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPMOND, possui **4** Postos de Atendimento (PAs).

O SICOOB COOPMOND tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas

conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 22/03/2024.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2023.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

m) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2025** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2025**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários	84.433,62	239.315,93
Relações interfinanceiras - centralização financeira	466.610,66	481.045,76
Títulos e Valores Mobiliários	25.877.471,29	32.466.167,89
TOTAL	26.428.515,57	33.186.529,58

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Títulos de Renda Fixa (a)	13.985.668,99	10.189.615,02
Cotas de Fundo de Investimento (b)	8.399.912,64	7.317.395,18

Participações de Cooperativas	16.740.853,36	14.222.452,40
TOTAL	39.126.434,99	31.729.462,60

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no Sicoob Central CECRESP.

(b) As Cotas de Fundos de Investimento gerido pelo Sicoob Central CECRESP.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito e outras operações com características de concessão de crédito mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Operações de Crédito - Custo Amortizado			
Empréstimos	15.920.065,60	(541.443,71)	15.378.621,89
Total - Operações de Crédito	15.920.065,60	(541.443,71)	15.378.621,89
Outras Operações com Características de Concessão de Crédito - Custo Amortizados			
Créditos por Avais e Fianças Honrados	3.921,50	(3.921,50)	-
Total - Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	3.921,50	(3.921,50)	-
Total	15.923.987,10	(545.365,21)	15.378.621,89

b) Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2025	% da Carteira
Pessoa Física	15.920.065,60	15.920.065,60	100,00%
TOTAL	15.920.065,60	15.920.065,60	100,00%

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	A vencer até 90 dias	A vencer até 91 a 360 dias	A vencer acima 360 dias	Vencido a partir de 15 dias	Total
Empréstimos	1.583.513,78	3.862.108,00	10.300.972,17	173.471,65	15.920.065,60
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	-	-	-	3.921,50	3.921,50
TOTAL	1.583.513,78	3.862.108,00	10.300.972,17	177.393,15	15.923.987,10

d) Movimentação em Estágios das Provisões

Relatório de Gestão Anual - 2025

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisão Inicial	118.574,64	74.036,19	222.805,72	415.416,55
(-) Transferido para Estágio 1	-	(3.617,97)	(21.411,80)	(25.029,77)
(-) Transferido para Estágio 2	(6.030,60)	-	(17.411,70)	(23.442,30)
(-) Transferido para Estágio 3	(2.325,66)	(2.799,74)	-	(5.125,40)
(+) Transferido do Estágio 1	-	6.030,60	2.325,66	8.356,26
(+) Transferido do Estágio 2	3.617,97	-	2.799,74	6.417,71
(+) Transferido do Estágio 3	21.411,80	17.411,70	-	38.823,50
(+) Constituição Novas Operações	32.209,75	22.332,35	184.684,81	239.226,91
(+) Constituição Aumento de Provisão	3.863,31	12.079,72	203.479,86	219.422,89
(-) Reversão Total	(49.583,96)	(41.165,25)	44.547,92	(46.201,29)
(-) Reversão Parcial	(46.347,32)	(22.378,78)	(108.958,01)	(177.684,11)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	-	(665,41)	(104.150,33)	(104.815,74)
Provisão Final	75.389,93	61.263,41	408.711,87	545.365,21

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total	31/12/2024	% Carteira Total
Maior Devedor	200.511,80	1,26%	183.001,58	0,93%
10 Maiores Devedores	1.112.181,09	6,99%	1.252.094,09	6,33%
50 Maiores Devedores	3.002.073,50	18,86%	3.282.827,06	16,60%

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Diversos		
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	4.400,98	1.421,04
Adiantamentos e Antecipações Salariais	13.906,65	-

Devedores Diversos – País (a)	1.979.560,46	297.637,12
Despesas Antecipadas (b)	11.826,94	-
TOTAL	2.009.695,03	299.058,16
(-) Provisões para outros créditos	(3.921,50)	(3.921,50)
(-) Com características de concessão de crédito (b)	(3.921,50)	(3.921,50)
TOTAL	2.005.773,53	295.136,66

(a) Refere-se a pendências a regularizar, nas quais encontram-se registros dos últimos 180 dias, passíveis de tratamento e regularização.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

8. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Participação em Cooperativa Central De Crédito	16.740.853,36	14.222.452,40
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	165.388,04	481.045,76
TOTAL	16.906.241,40	14.703.498,16

Referem-se a cotas de capital no Sicoob Central CECRESP e ações do Bancoop

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado em Curso (a)		15.960,46	9.110,46
Móveis e equipamentos de Uso	10%	100.673,15	32.532,71
Sistema de Processamento de Dados	20%	7.754,31	59.054,40
Sistema de Segurança	10%	-	2.512,04
Total de Imobilizado de Uso		124.388,27	103.209,61
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(88.053,19)	(83.724,51)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(88.053,19)	(83.724,51)
TOTAL		36.335,08	19.485,10

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa Amortização	31/12/2025	31/12/2024
Sistemas De Processamento De Dados	20%	7.754,31	7.754,31
Intangível		7.754,31	7.754,31
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(7.754,31)	(7.754,31)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		-	-

11. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	2.059,96	2.360,22
Impostos e Contribuições sobre Salários	44.497,78	61.458,18
Outros	199.978,86	196.689,38
TOTAL	246.536,60	260.507,78

12. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Sociais e Estatutárias (a)	3.443.549,77	3.634.710,20
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	119.842,08	244.510,25
Credores Diversos – País (c)	1.482.966,08	169.365,27
TOTAL	5.046.357,93	4.048.585,72

(a) Refere-se à Participação nas sobras de colaboradores e diretores, sendo que essa participação foi calculada com base em atingimento de metas estabelecidas.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 15% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social –

FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

- Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições a Compensar	80.831,02	-	80.831,02	73.047,70	-	73.047,70
TOTAL	80.831,02	-	80.831,02	73.047,70	-	73.047,70

- Outros**

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	13.906,65	-	13.906,65	44.935,53	-	44.935,53
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	4.400,98	-	4.400,98	1.421,04	-	1.421,04
Devedores Diversos – País (a)	1.979.560,46	-	1.979.560,46	297.637,12	-	297.637,12
Despesas Antecipadas (b)	11.826,94	-	11.826,94	-	-	-
TOTAL	2.009.695,03	-	2.009.695,03	343.993,69	-	343.993,69

a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	764.235,40	-	764.235,40	275.252,91	-	275.252,91
Seguros Contratados a Receber	9.584,95	-	9.584,95	9.584,95	-	9.584,95
Plano de Saúde a Receber	16.208,56	-	16.208,56	11.933,84	-	11.933,84
Valores a Receber – Mensalidades	1.189.337,76	-	1.189.337,76	-	-	-
Outros Devedores Diversos	193,31	-	193,31	865,42	-	865,42
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	0,48	-	0,48	-	-	-
TOTAL	1.979.560,46	-	1.979.560,46	297.637,12	-	297.637,12

- b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

13. Instrumentos financeiros

O SICOOB COOPMOND opera somente com crédito consignado desconto em folha, e crédito pessoal (créd. já).

Ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 10,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Capital Social	45.421.514,01	43.172.522,09
Associados	3.204	3.367

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. No período de 31 de dezembro de 2025 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 15.654,33. Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas"

c) Reserva de EXpanção

A reserva de expansão é constituída por recursos oriundos das sobras anuais brutas da cooperativa, já descontados os valores destinados ao Fundo de Reserva Legal e ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sendo que, seu percentual e valor é proposto pelo Diretoria Executiva e definido em cada Assembleia Geral Ordinária por votação dos cooperados. Os recursos destinam-se: Abertura de

novos postos de atendimento, expansão das instalações já existentes, implantação e modernização tecnológica e resultados deficitários reais dos novos postos de atendimento até a data do ponto de equilíbrio ou estabilidade financeira.

d) Sobras Acumuladas

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral. Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a cooperativa reconheceu, na adoção inicial, um ajuste de transição no Patrimônio Líquido, correspondente à reclassificação e mensuração de instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas. Esse ajuste, embora contabilmente registrado em sobras ou perdas acumuladas, foi evidenciado nesta nota explicativa para fins de transparência na apuração da sobra líquida base de cálculo das destinações estatutárias, conforme quadro a seguir: Absorção do ajuste de transição da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2025** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2025** da seguinte forma:

Para Conta Capital, no valor de R\$ 604.352,74.

Para Fundo de Expansão no valor de R\$ 402.901,82

e) Destinações estatutárias e legais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Sobras do exercício	2.291.742,54	2.012.542,48
(-) Lucro decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES		(32.806,85)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários		(58.123,65)
(-) Efeito do ajuste de Transição da Resolução CMN nº 4.966/2021 (Nota 4)	(89.290,22)	-
Base de cálculo das destinações		1.921.611,98
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (a)	(770.858,31)	(672.564,19)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos (b)	(330.367,85)	(288.241,80)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	40.385,48	46.448,57
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.141.611,64	1.007.254,56

a) A Cooperativa não constituiu reserva para absorção do impacto da Resolução CMN nº 4.966/2021, sendo o montante incorporado às sobras do período.

b) 35% para o Fundo de Reserva, apurado sobre a sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

c) 15% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), ~~apuradas sobre a sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e~~

do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

- d) 5% para Reserva de Expansão. É constituída a partir das sobras anuais da cooperativa, após as destinações obrigatórias ao Fundo de Reserva Legal e ao FATES, com percentual definido em Assembleia Geral Ordinária mediante proposta do Conselho de Administração, sendo destinada à expansão das atividades, incluindo abertura de novos postos, ampliação de unidades existentes, investimentos em tecnologia e cobertura de resultados deficitários iniciais até o alcance do equilíbrio financeiro.

A reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receita de prestação de serviços	78.186,53	47.590,12
Despesas específicas de atos não cooperativos	(5.395,83)	(5.830,62)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(24.922,90)	(15.720,99)
Resultado operacional	47.867,80	26.038,51
Receitas (despesas) Não Operacionais, Líquidas	6.021,70	-
Receitas (despesas) não operacionais, Líquidas	6.021,70	54.352,29
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	53.889,50	80.390,80
Deduções - Receitas com associados (a)	(78.178,26)	47.583,94
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(24.288,76)	32.806,86

16. Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 60% da taxa Selic para o exercício de 31/12/2025, no montante de R\$ 3.516.852,37. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado

conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic

17. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Rendas De Empréstimos	4.463.327,26	5.143.066,15
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	24.995,89	59.143,22
(-) Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações TOTAL	(2.000,00)	-
TOTAL	4.486.323,15	5.202.209,37

18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Provisões para Operações de Crédito	(616.350,26)	(389.808,75)
Reversões para Operações de Créditos	367.140,42	243.049,11
TOTAL	(249.209,84)	(146.759,64)

19. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Rendas de Comissão	35.091,63	47.590,12
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	8,27	317,54
Total	35.099,90	47.907,66

20. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(59.613,29)	(81.306,82)
Despesas de Honorários - Diretoria	(138.472,99)	(111.452,15)
Despesas de Pessoal - Benefícios)573.945,80)	(616.719,11)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(304.469,16)	(349.216,62)
Despesas de Pessoal - Proventos	(955.078,82)	(929.386,24)
TOTAL	(2.031.580,06)	(2.088.080,94)

21. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de Água, Energia e Gás	(9.909,57)	(8.892,95)
Despesas de Aluguéis	(42.342,42)	(37.108,92)
Despesas de Comunicações	(34.631,80)	(31.194,64)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(14.075,70)	(5.936,86)
Despesas de Material	(12.162,08)	(15.823,11)
Despesas de Processamento de Dados	(114.386,31)	(118.766,59)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(13.017,19)	(11.560,32)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(3.006,00)	(3.498,00)
Despesas de Seguros	(2.608,14)	(3.343,07)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(59.577,89)	(55.474,44)
Despesas de Serviços de Terceiros	(20.898,67)	(47.489,08)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(85.269,77)	(37.088,16)
Despesas de Transporte	(5.404,40)	(2.510,21)
Despesas de Viagem no País	(5.740,70)	(7.190,36)
Despesas de Depreciação/Amortização	(4.328,68)	(6.093,57)
Outras Despesas Administrativas (a)	(538.801,39)	(574.533,08)
TOTAL	(966.160,71)	(966.503,36)

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Condomínio	(15.065,00)	(11.679,50)
Contribuição sindical patronal	(4.619,15)	(3.045,00)
Emolumentos judiciais e cartorários	(6.474,17)	(2.475,60)
Copa/cozinha	(80,00)	(242,90)
Lanches e refeições	(4.591,09)	(4.451,91)
Contribuição a OCE	(44.379,45)	(22.392,26)
Marcas e patentes	(3.083,53)	(1.373,12)
Rateio de despesas da Central	(273.046,95)	(296.020,15)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(110.146,92)	(105.525,53)
Contribuição confederativa	-	(26,25)
Desp. Centro de serv. Compart. - CCS	(10.974,07)	(124.607,13)
Outras despesas indedutíveis	(3.296,49)	(735,41)
Outras despesas administrativas	(63.044,57)	(1.958,32)
TOTAL	(538.801,39)	(574.533,08)

24. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Recuperação de Encargos e Despesas	80.107,38	47.055,74
Dividendos	85.964,99	69.274,79
Distribuição de sobras da central	-	-
Outras rendas operacionais	44.213,15	219.698,95
Juros ao Capital Recebidos da Central	2.049.273,29	1.403.790,08
TOTAL	2.259.558,81	1.739.819,56

25. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Outras Despesas Operacionais	24.368,10)	(18.740,59)
Outras Contribuições Diversas	-	(3.984,75)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(40.385,48)	(46.258,57)
TOTAL	(64.753,58)	(68.983,91)

26. Outras Receitas e Despesas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ganhos de Capital	8.763,47	55.989,90
(-) Perdas de Capital	(2.741,77)	(1.637,61)
TOTAL	6.021,70	54.352,29

27. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010). Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

27.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores e anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009.

Natureza da Operação	31/12/2025
Operações Ativas	
Operação de crédito	35.278,66
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	43,18
Taxa média (a.m.)	
Empréstimos	2,35%
Prazo médio (meses)	
Empréstimos	49
Capital social	542.174,59
Remuneração	(539.721,65)
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(109.171,97)
Encargos sociais	(34.377,12)
Benefícios	(396.172,56)

27.2 Cooperativa Central

O SICOOB COOPMOND, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado ao SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPMOND responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – Nota 4	466.610,66	481.045,76
Ativo - Participações de Cooperativas – Nota 5	16.740.853,36	14.222.452,40
Ativo - Título de Renda Fixa (TVM) (Nota 6.1)	13.985.668,99	-
Total das Operações Ativas	31.193.133,01	14.703.498,16

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Rateio de Despesas da Central – Nota 22(a)	(273.046,95)	(296.020,15)
Total das Despesas	(273.046,95)	(296.020,15)

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio de referência (PR)	36.543.652,58	34.941.886,97
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	31.742.005,31	32.058.226,76
Índice de Basileia (mínimo 12%)	115,12%	108,99%
Imobilizado para cálculo do limite	28.580,42	19.485,10
Índice de imobilização (limite 50%)	0,08%	0,06%

32. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

32.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

32.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito. Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira.

O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas; e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- f) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

32.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado (RWAm_{pad});
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
 - e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
 - f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
 - g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
 - h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
 - i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- i) resultado dos testes de estresse.

32.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

32.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob. A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

32.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

32.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

32.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas
- e) sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

33. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Parecer do Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MONDELEZ BRASIL E PHILIP MORRIS BRASIL - SICOOB COOPMOND no exercício de suas atribuições estatutárias, conforme disposto no Estatuto Social, e em consonância com a legislação vigente, apresenta seu parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, as quais serão submetidas à deliberação dos senhores associados na Assembleia Geral Ordinária de 2026.

No decorrer do exercício, foram realizadas reuniões periódicas para a verificação da conformidade das operações e dos registros contábeis da cooperativa, bem como para o acompanhamento de controles e riscos, de modo a assegurar a observância dos princípios de transparência, governança e sustentabilidade financeira. Após análise das demonstrações contábeis do 1º e 2º semestre de 2025 e dos esclarecimentos prestados pela Administração, o Conselho Fiscal manifesta-se, de forma unânime, pela sua aprovação, por entender que refletem, de maneira adequada, a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da cooperativa.

As avaliações realizadas demonstraram regularidade dos processos internos e dos registros examinados, não sendo identificadas situações que, no âmbito dos trabalhos deste Conselho, pudessem comprometer a segurança e a continuidade das atividades da Sicoob Coopmond. Ressaltamos, ainda, que as demonstrações contábeis do exercício de 2025 foram submetidas à auditoria independente (CNAC Auditores Independentes), a qual emitiu relatório datado de 13 de março de 2026, contendo opinião sem ressalvas sobre as demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O relatório do auditor independente também consignou parágrafo de ênfase quanto à dispensa de apresentação de informações comparativas nas demonstrações contábeis de 2025, nos termos da Resolução CMN nº 4.966 e da Resolução BCB nº 352, sem modificação da opinião. Adicionalmente, quanto às "outras informações" (Relatório da Administração), o auditor informou que procedeu à leitura e não identificou inconsistências relevantes em relação às demonstrações contábeis auditadas.

Diante do exposto, este Conselho Fiscal recomenda a aprovação das demonstrações contábeis do exercício de 2025 pelos senhores associados.

São Paulo, 09 de abril de 2026.

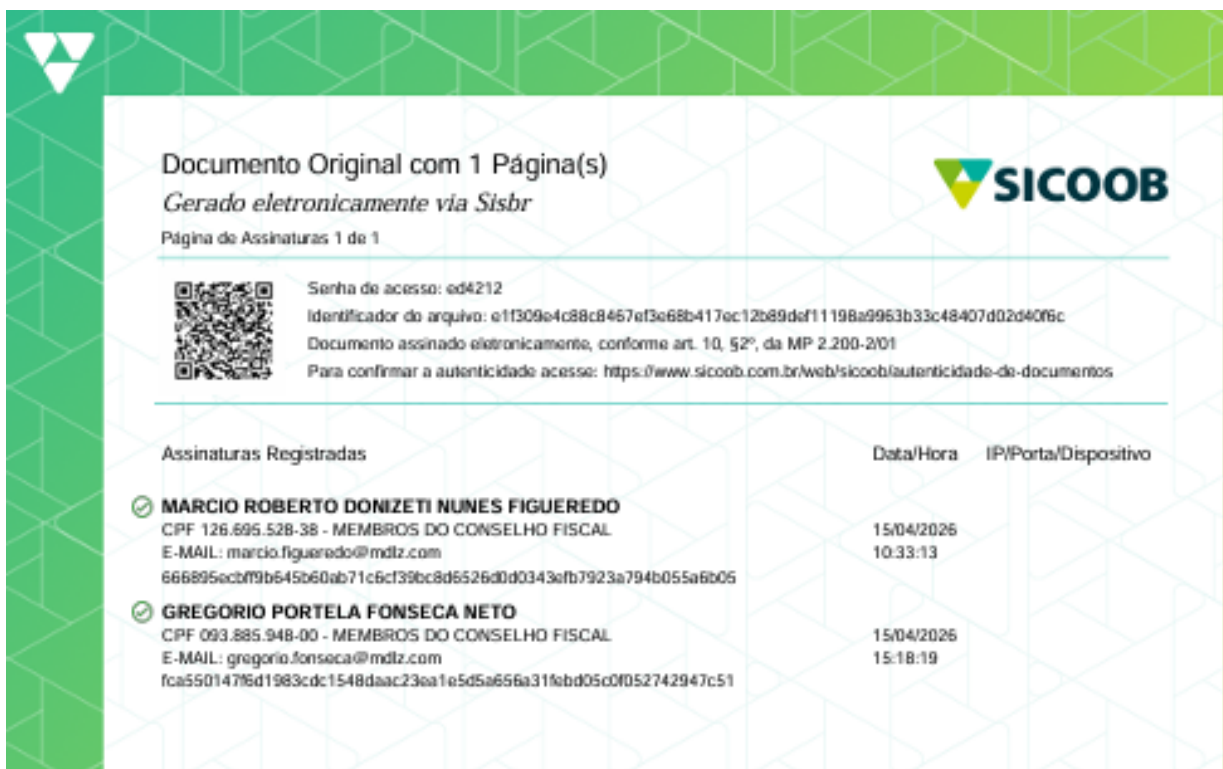
Márcio Roberto Donizeti Nunes Figueredo
Coordenador do Conselho Fiscal

Gregório Portela da Fonseca Neto
Conselho Fiscal

sicoob.com.br/web/sicoobcoopmond
Av. Pedrosa de Moraes, 517 - 5º andar, Conjunto 51 - Pinheiros
05419-000 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3031-3312


Identificador do arquivo: a1f306e4c88c8467ef2e68b417ec12b89def11198d96c3b33c48407d02d408c - Senha de acesso: od4212
Documento assinado eletronicamente, conforme art. 10, §2º, da MP 2.200-2/01
Para confirmar a autenticidade acesse: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/autenticidade-de-documentos>

Parecer do Conselho Fiscal (continuidade)



Documento Original com 1 Página(s)
Gerado eletronicamente via Sisbr

Página de Assinaturas 1 de 1



Senha de acesso: ed4212
Identificador do arquivo: e1f309e4c88c8467ef3e68b417ec12b89def11198a9963b33c48407d02d40f6c
Documento assinado eletronicamente, conforme art. 10, 5º, da MP 2.200-2/01
Para confirmar a autenticidade acesse: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/autenticidade-de-documentos>

Assinaturas Registradas	Data/Hora	IP/Porta/Dispositivo
<input checked="" type="checkbox"/> MARCIO ROBERTO DONIZETI NUNES FIGUEREDO CPF 126.695.528-38 - MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E-MAIL: marcio.figueiredo@mdlz.com 666895ecbf9b645b60ab71c6cf39bc8d6526d0d0343efb7923a794b055a6b05	15/04/2026 10:33:13	
<input checked="" type="checkbox"/> GREGORIO PORTELA FONSECA NETO CPF 093.885.948-00 - MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E-MAIL: gregorio.fonseca@mdlz.com fca55014796d1983cdc1548daac23ea1e5d5a656a31feb05c0f052742947c51	15/04/2026 15:18:19	

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil e Philip Morris
Brasil - Sicoob Coopmond**

Av. Pedroso de Moraes, 517 – 5º andar – Conjunto 51 – Pinheiros

CEP 05419-000 – São Paulo – SP

(11) 3031-3312 - Opção 1

<https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcoopmond>

Atendimento da Ouvidoria:

Telefone (de segunda a sexta, das 8h às 20h): 0800 725 0996;

Deficientes auditivos ou de fala (de segunda a sexta, das 8h às 20h): 0800 940
0458;

Site: www.ouvidoriasicoob.com.br